

Apresentação

Ruy Rosado de Aguiar Júnior

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Deve-se a V Jornada de Direito Civil à decisão do preclaro Ministro Ari Pargendler, Presidente do STJ, a que se somou o entusiasmo, o empenho e a competência do Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor-Geral da Justiça Federal, que não mediram esforços para retomar o projeto de reunir, sob os auspícios do Conselho da Justiça Federal, nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2011, em Brasília, o mundo jurídico nacional, para discutir temas de Direito Civil, e homenagear o novo Código Civil no décimo ano de sua vigência.

Com o mesmo formato das Jornadas anteriores, a primeira realizada em 12 e 13 de setembro de 2002, a terceira de 1º a 3 de maio de 2004, a quarta de 25 a 27 de outubro de 2006, a V Jornada contou com a participação de 183 juristas, oriundos de todos os Estados brasileiros, entre professores especialmente convidados, magistrados federais e estaduais, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, procuradores de entidades públicas, que apresentaram 326 proposições para a elaboração de enunciados interpretativos do texto do Código Civil.

A organização, sob a presidência do Ministro João Otávio de Noronha, foi coordenada pela Comissão Científica, integrada pelos professores Ana Frazão, Gustavo Tepedino, Otávio Luiz Rodrigues, Min. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Paulo Roberto Roque Antônio Khouri e Ruy Rosado de Aguiar Júnior.

Os trabalhos foram instalados em sessão solene no auditório do STJ, sob a presidência do Ministro Ari Pargendler. Na ocasião, com a presença de 243 assistentes, foram proferidas as palestras do Ministro Moreira Alves, do STF, que esteve presente em todas as Jornadas, dos professores brasileiros Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin, e do Professor Rolf Stürner, Diretor do Instituto de Processo Civil e Comparado Alemão da Faculdade de Direito da Universidade de Freiburg, Alemanha.

Os inscritos reuniram-se em seis comissões: Parte Geral, sob a presidência da Professora Judith Martins-Costa, relatoras as Dras. Milena Donato Oliva e Viviane da Silveira Abílio, contou com a presença de 31 participantes, 52 proposições e aprovação de 24 novos enunciados.

A Comissão de Direito das Obrigações, sob a presidência do Professor Araken de Assis, contou com relatores os Drs. José Fernando Simão e Jorge Cesa Ferreira da Silva, com 37 participantes, 79 proposições e 22 enunciados aprovados.

A Comissão de Responsabilidade Civil, presidentes os Professores Teresa Ancona Lopez e Eugênio Fachini Neto, relatores Flávio Tartuce e Rafael Peteffi da Silva, com 37 participantes, 35 proposições e 18 enunciados aprovados.

A Comissão de Direito de Empresa, sob a Coordenação-Científica da Professora Ana Frazão, contou com a presidência do Dr. Osmar Brina Corrêa-Lima e como relator o Dr. Márcio Souza Guimarães. Participaram 30 inscritos, com 62 proposições e 31 enunciados aprovados.

A Comissão de Direito das Coisas, sob a presidência do Professor Luiz Edson Fachin, relator Professor Pablo Renteria, com 23 participantes, 35 proposições e aprovação de 20 enunciados.

A Comissão de Direito de Família e Sucessões, sob a presidência dos Drs. Francisco José Cahali e Guilherme Calmon Nogueira da Gama, relatoras as Dras. Rose Melo Vencelau Meireles e Marilene Guimarães, com 25 participantes, 63 proposições e 18 enunciados aprovados.

Após o trabalho das comissões, no último dia, realizou-se sessão plenária, presidida pelo Ministro João Otávio de Noronha, para votação final das proposições aprovadas.

Os resultados foram desde logo divulgados, uma vez que muito têm servido à pesquisa dos operadores do Direito. A Comissão tem incentivado a realização de eventos com o mesmo propósito, nos diversos Estados, sob o patrocínio de órgãos públicos e universidades, seja para a discussão dos enunciados aprovados, seja para a preparação de novos encontros em Brasília.

Com o programa das Jornadas de Direito Civil, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal cumprem, de modo elogiável, sua finalidade social de contribuir para o estudo, reflexão e aprimoramento da ordem jurídica nacional.



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal



Centro de
Estudos Judiciários

V Jornada de Direito Civil

Brasília-DF
maio - 2012

REFERÊNCIA:

JORNADA DE DIREITO CIVIL, 5., 2011, Brasília, DF. **[Anais...]**.
Apresentação Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília, DF: CJF, 2012.